

Biblioteca Centro de Memória - UNICAMP



CMUHE042534

VERZIGNASSE, Rogério. Izalene defende comissão para gerenciar parque: depois de alegar que a Prefeitura deveria assumir a administração do ecológico, prefeita recua e negocia comissão tripartite. Correio Popular, Campinas, 30 out. 2002.

Depois de defender que a Prefeitura de Campinas assumisse sozinha a administração do Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim, a prefeita Izalene Tiene (PT) pretende se reunir até o final da próxima semana com os deputados estaduais Célia Leão (PSDB) e Renato Simões (PT) para reivindicar deles a elaboração de um projeto de lei que estabeleça a “administração tripartite” do Parque Ecológico, a maior área pública de lazer do Município, atualmente administrado exclusivamente pelo Estado.

Izalene quer que Município e Estado compartilhem investimentos necessários para a manutenção da área, e que os dois organismos da administração pública sejam auxiliados por representantes da sociedade civil.

Os dois parlamentares já apresentaram, no passado, projetos de lei que autorizam a Prefeitura a assumir funções que, atualmente, são legalmente atribuições exclusivas do Estado. Como nenhum dos dois projetos foi votado, a prefeita quer dos dois deputados a redação de uma proposta unificada.

Com isso, a municipalização do parque, antes defendida pela prefeita, agora está descartada, segundo Izalene. A existência, em terrenos anexos à gleba, de centros estaduais de pesquisa – como o Instituto Biológico (IB) e o Laboratório de Referência Animal (Lara) – impõe que o Estado continue participando da administração do local.

Com a administração tripartite, Izalene acredita que serão eliminados os entraves políticos que impedem atualmente a revitalização da área. Sem investimentos suficientes do Estado, responsável pela administração, o parque está sendo abandonado pelos usuários. Os alambrados foram

**Neste modelo,
administração
caberia ao Estado,
Prefeitura e
sociedade civil**

rompidos, placas indicativas foram roubadas e incêndios destruíram 90 mil metros quadrados da mata só neste mês.

Um exemplo da ação dos vândalos é a destruição das quadras esportivas, banheiros e churrasqueiras. Todos esses equipamentos públicos foram reformados, a um custo de R\$ 100 mil, sendo entregues no final de março deste ano. Segundo a Direção do local, de lá para cá tudo já foi destruído pela ação de vândalos.

A proposta atual, de também atrair representantes da sociedade civil, contempla o projeto da artista plástica Luciana Válio, divulgado no último domingo pelo **Correio**. Luciana sugeriu, em trabalho elaborado no encerramento de um curso de Gestão Empresarial da Fundação Getúlio Vargas (FGV), que seja criada uma fundação especial para a administração da área. Formado por voluntários, o grupo passaria a

desenvolver formas capazes de garantir a auto-sustentação financeira do Ecológico (*veja no quadro mais detalhes sobre o projeto*).

Enquanto os debates políticos se arrastam, a deca-

dência do Ecológico prejudica usuários e, principalmente, famílias residentes do redor da gleba. A mata e os prédios abandonados se transformaram em esconderijos para assaltantes. Dos redutos, as quadrilhas partem para roubar residências. O parque também passou a ser frequentado por usuários e traficantes de drogas.

Para o socorro emergencial ao Ecológico, a prefeita Izalene defendeu ontem que seja elaborado um convênio semelhante ao firmado no ano 2000, quando a Prefeitura assumiu a limpeza da área verde do local. O convênio antigo foi suspenso no seu vencimento, no ano passado, e não foi renovado. “Um novo acordo permitirá que a Prefeitura possa investir imediatamente na manutenção, antes mesmo da redação do novo projeto de lei sugerindo a administração tripartite”, disse Izalene.



Cenário de destruição no Ecológico: bens públicos reformados por R\$ 100 mil já foram destruídos